

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Sem detalhes

Até aqui, a equipe de Lula não disse o que fará a respeito do processo de privatização do Porto de Santos, tampouco tratou dos limites de investimentos. O setor é crucial para promover as exportações brasileiras e está indócil com a ausência de uma sinalização sobre o futuro.

Linhas gerais

A intenção do PT, porém, é rever o processo. Assim, ganhará tempo para decidir o que fazer, uma vez que não há consenso na equipe sobre as propostas. Há quem diga que Lula abriu tanto o leque de economistas que o apoia que a disputa pelo modelo será grande.

Lula por Paulo

Enquanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmava o afastamento do governador de Alagoas, Paulo Dantas, ele dizia ao lado de Lula, num comício em Maceió, que aquele era um “dia de festa”. Nem o governador e nem o senador Renan Calheiros citaram que Dantas estava afastado do governo.

Janja só por Lula

A mulher de Lula, Janja, discursou e se esqueceu de pedir votos para Paulo Dantas. O petista, na hora, pediu que ela falasse, mas o locutor já chamava o próximo orador. Paulo, com ares de “tudo bem”, abraçou Janja, que prontamente pediu desculpas ao governador afastado.

As contas de cada um

A turma de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez as contas e está convencida de que se o ex-presidente ampliar a diferença no Nordeste, onde cinco dos nove estados têm segundo turno para governador, dá para manter a distância que o petista abriu para Jair Bolsonaro (PL) no segundo turno. A região, no caso, compensaria os votos que o presidente-candidato deve obter em São Paulo e em Minas Gerais. Daí a visita do ex-presidente ao Nordeste esta semana.

Da parte de Bolsonaro, a conta é ampliar a diferença em São Paulo, virar Minas e, de quebra, não deixar Lula ampliar muito a margem de votos que obteve no Nordeste. A fraca presença de eleitores num dos eventos do presidente, no Recife, foi lida como um alerta de que é preciso aumentar a campanha na região. Não por acaso, assim que terminar o périplo pelo Norte, a primeira-dama Michelle Bolsonaro vai engrossar o coro pró-Bolsonaro entre os nordestinos.



CURTIDAS

AFP / Mauro Pimentel



Uso geral I/ A ida de presidenciáveis a Aparecida não é novidade. Em 2010, a ex-presidente Dilma Rousseff (foto) foi pela primeira vez ao santuário de Nossa Senhora Aparecida. E classificou as críticas à visita como um “preconceito” à sua religiosidade.

Uso geral II/ No mesmo ano, José Serra, que nunca foi muito de frequentar o local, também compareceu à basílica, acompanhado do então governador eleito de São Paulo, Geraldo Alckmin. Alckmin frequenta Aparecida todos os anos.

Uso geral III/ Serra foi recebido na basílica com tapete vermelho. Teve ali seu melhor acolhimento naquele segundo turno, ciceroneado por Alckmin, que prometeu pegar a estrada contra Dilma, a seu favor.

Uso geral IV/ À época, a mulher de Serra, Mônica, foi chamada ao altar para receber uma imagem de Nossa Senhora Aparecida a ser entregue aos mineiros que ficaram presos em uma mina no Chile.



Moraes suspende investigações abertas por determinação do Cade e do Ministério da Justiça contra os institutos, devido às discrepâncias entre as sondagens e os votos obtidos por Bolsonaro no primeiro turno

Trava na ofensiva às pesquisas

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, suspendeu, ontem à noite, as investigações abertas por determinação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública — por meio da Polícia Federal (PF) — sobre os institutos de pesquisa de opinião. No despacho, o ministro afirmou que houve “usurpação da competência” de fiscalização das entidades, uma vez que pedidos semelhantes cabem à Justiça Eleitoral.

Segundo Moraes, as determinações do Cade e à PF “são baseadas, unicamente, em presunções relacionadas à desconformidade dos resultados das urnas” e que não apresentam “indicativos mínimos” de “práticas de procedimentos ilícitos”. O ministro disse, ainda, que a abertura das investigações “parecem demonstrar a intenção de satisfazer a vontade eleitoral manifestada pelo chefe do Executivo e candidato à reeleição” e que tais medidas poderiam caracterizar “desvio de finalidade e abuso de poder por parte de seus subscritores”.

“Patente, portanto, a competência desta Corte Eleitoral para, no exercício de seu poder de polícia, disciplinar no art. 23 do Código Eleitoral, fazer cessar as indevidas determinações realizadas por órgãos incompetentes e com indicativos de abuso de poder político e desvio de finalidade”, salientou o ministro. Moraes determinou, também, que a Corregedoria-Geral Eleitoral e a Procuradoria-Geral Eleitoral apurem se houve abuso de autoridade e de poder político no uso

de órgãos administrativos para favorecer a candidatura do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Explicação “racional”

No pedido do Cade, o presidente do Conselho, Alexandre Cordeiro, que foi indicado por Bolsonaro no ano passado, afirmou que não há, até o momento, uma explicação “racional” sobre as previsões dos institutos terem errado em termos parecidos. Em ofício enviado ao superintendente da autarquia, Alexandre Barreto, determinando a apuração, Cordeiro disse que é “improvável que os erros individualmente cometidos sejam coincidências ou mero acaso”. Ainda segundo o presidente do Cade, existe a suspeita de um “comportamento coordenado” das empresas Datafolha, Ipec e Ipspe — responsáveis pelas pesquisas de intenção de voto.

“A discrepância das pesquisas e do resultado é tão grande que verificam-se indícios de que os erros não sejam casuísticos e sim intencionais por meio de uma ação orquestrada dos institutos de pesquisa na forma de cartel para manipular em conjunto o mercado e, em última instância, as eleições”, disse Cordeiro, que é afilhado político do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

No caso da PF, o pedido de investigação foi assinado pelo ministro Anderson Torres, que recebeu da campanha de Bolsonaro um ofício que cita a divergência entre os resultados das urnas no primeiro turno e as pesquisas divulgadas às vésperas da votação. No ofício, o comitê afirma que um artigo da legislação eleitoral tipifica como crime a “divulgação de pesquisa fraudulenta” e solicitou a adoção de providências pela PF.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



TSE considerou que o Cade, presidido por Cordeiro, não tem competência para investigar os institutos

Oito municípios vão escolher prefeitos

» GABRIELA ORNELAS

Eleitores de oito municípios irão escolher, no próximo dia 30 de outubro, novos prefeitos e vice-prefeitos em eleições suplementares. O pleito acontecerá simultaneamente com o 2º turno das eleições majoritárias. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a votação irá acontecer em Cachoeirinha (RS), Canoinhas (SC), Cerro Grande (RS), Entre Rios do Sul (RS), Joaquim Nabuco (PE), Pesqueira (PE), Pinhalzinho (SP) e Vilhena (RO).

A nova votação irá ocorrer porque os prefeitos, eleitos em 2020, tiveram o mandato ou o registro cassados pela Justiça Eleitoral. Os novos prefeitos irão administrar os municípios pelos próximos dois anos.

As urnas serão preparadas para votação em um cargo a mais.

O TRE-RS informou que orientará eleitores onde haverá eleições suplementares. As urnas dessas cidades também terão um boletim de urna único, incluindo votos para governador, presidente e prefeito.

De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), que terá três municípios com eleições suplementares, somente em Entre Rios do Sul há consenso, com candidato único: Irson Milani.

Em Cachoeirinha, a nova eleição ocorre devido à cassação de Volmir Breier e Maurício Tonolher, prefeito e vice-prefeito, respectivamente, por decisão do Pleno do TRE-RS. Também foi declarada a inelegibilidade de Breier para as eleições que se realizarem nos oito anos subsequentes ao pleito de 2020.

Em Cerro Grande, o TRE-RS

cassou os diplomas de Valmor José Capelett e Gláucia Regina Brocco, prefeito e vice-prefeita, respectivamente.

Mandato cassado

Em Pernambuco, os municípios de Pesqueira e Joaquim Nabuco terão eleições suplementares. Os prefeitos de ambas as cidades tiveram o mandato cassado pelo TRE-PE. No momento, os municípios são administrados pelos presidentes das Câmara de Vereadores.

O prefeito de Pesqueira, Marquinhos Xukuru, se tornou inelegível por conta de crime contra o patrimônio privado ocorrido em 2003. Já o prefeito e vice-prefeito de Joaquim Nabuco, Antônio Raimundo Barreto Neto e Eraldo de Melo Veloso, foram condenados por captação ilícita de

sufrágio e abuso de poder econômico em maio deste ano.

Tião Zanardi (PSC) venceu as eleições 2020 para a prefeitura de Pinhalzinho (SP) com 55,86% dos votos válidos. No entanto, teve o registro de candidatura indeferido devido à condenação por crime contra a administração pública.

Em Vilhena (RO) também haverá eleição local, depois que o então prefeito e a vice foram cassados pela Justiça Eleitoral.

O motivo de Canoinhas ter uma eleição para prefeito em 2022 é outro. O então prefeito, Gilberto dos Passos (PSD), renunciou ao cargo. O vice-prefeito, Renato Jardel Gurtinski (PL), perdeu o mandato por não ter assumido a prefeitura e por ter se ausentado da cidade por mais de 15 dias sem a licença da Câmara de Vereadores.



(A abertura das investigações) parecem demonstrar a intenção de satisfazer a vontade eleitoral manifestada pelo chefe do Executivo e candidato à reeleição”

Trecho da decisão do ministro Alexandre de Moraes